

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                                          | <b>2</b>  |
| <b>Título: Solução para impasse no setor elétrico custa R\$ 16,4 bi, diz Aneel.....</b>                       | <b>2</b>  |
| Título: Regra para usuário que gera energia vai a debate .....                                                | 4         |
| Título: Déficit primário deste ano será o menor desde 2014 .....                                              | 5         |
| <b>Título: TCU considera elevado desembolso de R\$ 316 bi em leilão de excedentes .....</b>                   | <b>6</b>  |
| Título: Aposto é que contrato com Petrobras terá aval, mesmo que com ressalvas .....                          | 8         |
| Título: Investimento de estatais é o menor em 20 anos.....                                                    | 10        |
| Título: Senado aprova por unanimidade projeto sobre cessão onerosa .....                                      | 12        |
| Título: Destaques .....                                                                                       | 14        |
| Título: Curtas .....                                                                                          | 15        |
| Título: Falta de disponibilidade triplica tarifa de superpetroleiro .....                                     | 15        |
| Título: Anglo American prevê produção de 100 anos em mina de cobre no Peru .....                              | 17        |
| Título: Camex muda distribuição da cota do etanol .....                                                       | 19        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                                    | <b>20</b> |
| Título: Senado aprova divisão de recursos do pré-sal e deve destravar Previdência .....                       | 20        |
| Título: Etanol em Dubai.....                                                                                  | 22        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                                       | <b>22</b> |
| Título: Senado aprova partilha de recursos do megaleilão do pré-sal de novembro .....                         | 22        |
| Título: Sexta rodada de leilão já ostenta recorde de 17 empresas inscritas e espera arrecadar R\$ 106 bi..... | 24        |
| Título: Museu geológico no Rio terá reforma com verba do petróleo .....                                       | 25        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                                                  | <b>27</b> |
| Título: Senado aprova distribuição de dinheiro do leilão do pré-sal .....                                     | 27        |
| Título: O dia em que Lula ajudou Bolsonaro .....                                                              | 29        |

|                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Estoque e fluxo .....                                | 31        |
| Título: Subsídios a quem produz energia devem diminuir ..... | 31        |
| Título: Sinal de alerta .....                                | 32        |
| Título: Marinha e Sergipe divergem sobre novas manchas ..... | 34        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                     | <b>37</b> |
| Título: Senado dá aval para divisão do dinheiro .....        | 37        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília**

**Título: Solução para impasse no setor elétrico custa R\$ 16,4 bi, diz Aneel**

**Valor é compensação aos donos das hidrelétricas por terem que assumir prejuízos com o registro de produção de energia abaixo dos montantes contratuais**

O custo da solução para o impasse no setor elétrico com as geradoras sobre as perdas com o risco hidrológico chegaria a R\$ 16,36 bilhões. Esta estimativa consta em documento oficial enviado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao Senado, onde o projeto de lei que trata do tema está em fase final de tramitação.

O valor calculado pela Aneel corresponde à soma da remuneração adicional que cada gerador terá na prorrogação dos contratos de concessão das usinas em até sete anos, conforme estabelece o Projeto de Lei 3.975/19.

A ideia é que esse ganho funcione como uma compensação aos donos das hidrelétricas por terem que assumir prejuízos com o registro de produção de energia abaixo dos montantes contratuais, o que ocorreu nos períodos de seca mais severos. A expectativa é que, com a possibilidade de estender o prazo dos contratos, os donos das usinas desistam de continuar brigando na Justiça, situação que se arrasta desde 2015.

A guerra de liminares começou quando o segmento de geração percebeu que os prejuízos ficaram maiores a partir de decisões tomadas na gestão do sistema elétrico que não estavam necessariamente relacionadas ao baixo nível de água nos reservatórios das usinas. Isso desequilibrizou o mecanismo feito para mitigar o risco hidrológico das usinas, chamado de MRE.

O cálculo da Aneel se resume ao somatório da compensação por perdas causadas por: despacho de térmicas mais caras do sistema em substituição a hidrelétricas para poupar água no reservatório (R\$ 7,76 bilhões); atraso em linhas de transmissão que comprometeram a entrega de energia por novas usinas que ficaram prontas (R\$ 5,55 bilhões); e reconhecimento no MRE da potência de grandes usinas que ainda estavam em estágio inicial de operação (R\$ 3,04 bilhões).

As liminares obtidas pelos geradores já bloquearam R\$ 7,5 bilhões em liquidações financeiras no mercado de curto prazo, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Entre os valores de créditos e débitos que estão suspensos, verificou-se que há um saldo líquido de R\$ 4,5 bilhões ainda sem cobertura.

O montante calculado pela Aneel é diferente dos R\$ 11,05 bilhões estimados pelo Ministério de Minas e Energia no início do mês e também entregue aos senadores. O órgão previu que, em média, os contratos das usinas seriam estendidos em dois anos e meio. Se os empreendimentos fossem devolvidos à União no prazo original, o governo poderia levá-los à leilão para escolha de um novo empreendedor, com a possibilidade de redução do preço da energia produzida e cobrança um valor de outorga.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO), que acompanha a tramitação do PL 3.975/19 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse ao **Valor** que foi surpreendido pelos cálculos da Aneel, que ele próprio diz ter solicitado ao órgão regulador. A reunião para tratar do assunto com o **ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** foi adiada de segunda-feira para ontem à tarde.

“Temos que encontrar o ponto de equilíbrio. Não tem que ser bom só para um lado. Sabemos que isso tem impacto para o investidor, mas sabemos também que a solução não pode prejudicar quem está do outro lado, o consumidor”, afirmou Rogério, antes da reunião com o ministro.

O senador disse que solicitou os cálculos à Aneel porque as contas do ministério atualizavam as perdas históricas apenas pela inflação (IPCA). Ele ressaltou que a proposta de repactuação do risco hidrológico prevê a correção dos valores também pelo parâmetro de remuneração do empreendedor (Wacc, na sigla em inglês).

A atual proposta de repactuação do risco hidrológico já tramitou no Senado. Após seguir para análise na Câmara, o texto recebeu emendas e, por isso, precisou retornar ao Senado para revisão. Entre os acréscimos, está o que destina 20% do Fundo Social, que recebe a renda da União com o pré-sal, para criar o Brasduto - fundo criado para financiar a construção de gasodutos.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rodrigo Polito — Do Rio**

**Título: Regra para usuário que gera energia vai a debate**

### **Proposta da Aneel prevê que usuários de sistemas de geração distribuída passem a pagar pelo uso da rede de distribuição**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a abertura de consulta pública para receber contribuições para a aguardada proposta de revisão das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída, principalmente de energia solar.

Em linhas gerais, a proposta da Aneel prevê que usuários de sistemas de geração distribuída passem a pagar pelo uso da rede de distribuição, já que esses equipamentos injetam energia na malha. A regra está prevista para valer a partir de 2020, quando entrar em vigor. Além disso, os consumidores que, até essa data, já possuem esses sistemas estarão isentos da cobrança até 2030.

De acordo com a Aneel, mesmo com o aperfeiçoamento das regras, o retorno do investimento em geração distribuída continuará muito atrativo. O retorno do investimento é estimado pela agência em quatro a cinco anos.

Segundo a Aneel, existem hoje cerca de 120 mil unidades consumidoras com micro ou minigeração distribuída no país. A fonte solar é a mais utilizada na modalidade, alcançando 98% das conexões.

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) indicou ser favorável à decisão da Aneel. Para ela, a revisão das regras evita “o aumento das tarifas dos demais consumidores.”

De acordo com a Abradee, o subsídio para os cerca de 120 mil beneficiados pela geração distribuída representa cerca de R\$ 650 milhões por ano. Caso a regra não seja alterada, em cerca de dois anos, esse subsídio pode alcançar R\$ 2,5 bilhões e ser dado para 600 mil usuários.

O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, disse que a entidade ficou surpreendida e desapontada pela proposta da Aneel. “A proposta está desequilibrada”, disse, acrescentando que a proposta desconsidera todos os benefícios que a energia solar traz para o setor, o ambiente, a economia e a sociedade.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Ribamar Oliveira — De Brasília

**Título:** Déficit primário deste ano será o menor desde 2014

Com base nos dados do governo sobre as receitas que ingressarão dos dois últimos leilões de petróleo neste ano (6ª rodada de partilha de produção e o excedente da cessão onerosa), as projeções indicam que o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) deverá fechar este ano, pela primeira vez desde 2014, com um déficit primário abaixo dos R\$ 90 bilhões. A meta para este ano é de déficit primário de R\$ 139 bilhões.

O governo estima em R\$ 70,8 bilhões a primeira parcela que receberá do leilão do excedente da cessão onerosa (pelos quatro campos), marcado para o dia 6 de novembro. A área econômica está convencida de que os valores dos bônus de assinatura dos campos a serem leiloados serão pagos em duas parcelas, pois acredita que os consórcios vencedores pagarão à União um ágio acima de 5% na oferta de óleo. Vence o leilão quem oferecer a maior quantidade de óleo para a União, além do mínimo fixado para cada campo. Se não houver ágio superior a 5%, os R\$ 106,6 bilhões pelo bônus de assinatura terão que ser pagos integralmente neste ano.

A primeira parcela será paga no dia 27 de dezembro. Dos R\$ 70,8 bilhões da primeira parcela, o governo retirará cerca de R\$ 34 bilhões para pagar a compensação à Petrobras, de acordo com os critérios adotados na revisão do contrato da cessão onerosa, firmado pela União com a estatal do petróleo em 2010.

O valor líquido que sobrar da primeira parcela será de R\$ 36,8 bilhões. Deste total, 15% irão para os Estados (R\$ 5,52 bilhões), e 15%, para os municípios (outros R\$ 5,52 bilhões). Outros 3% da parcela da União serão destinados ao

Estados confrontantes do pré-sal (R\$ 1,1 bilhão). Sobrará para a União uma parcela de R\$ 24,65 bilhões.

Os critérios da divisão estão previstos em projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados. O Senado deverá aprovar hoje ou amanhã.

Além disso, o governo vai realizar, no próximo dia 7 de novembro, o leilão da 6ª rodada de partilha de produção do pré-sal, cujo valor do bônus de assinatura foi fixado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em R\$ 7,85 bilhões. Este valor será pago integralmente no dia 27 de dezembro.

Como o dinheiro só ingressará nos cofres da União no dia 27 de dezembro, não haverá tempo hábil para que os recursos sejam gastos. Assim, os R\$ 32,5 bilhões (R\$ 24,65 bilhões mais R\$ 7,85 bilhões) que ficarão com a União devido aos leilões do petróleo que ainda faltam ser realizados neste ano serão incorporados ao resultado primário do governo central.

Como o déficit primário para este ano, estimado pelo secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, ficará entre R\$ 115 bilhões e R\$ 120 bilhões por causa do “empoçamento” dos recursos (os ministérios não conseguem gastar o que foi liberado pelo Tesouro por causa das vinculações), o déficit primário total, considerando os recursos dos dois leilões do petróleo, ficará entre R\$ 87,5 bilhões e R\$ 82,5 bilhões.

A segunda parcela do leilão da cessão onerosa, prevista para ser paga no próximo ano, será de R\$ 35,8 bilhões. O valor será dividido com Estados e municípios, de acordo com os mesmos critérios da primeira parcela, e com o Rio de Janeiro. Desta parcela, a União ficará com R\$ 23,98 bilhões. Isto significa que, provavelmente, não haverá contingenciamento de dotações orçamentárias em 2020, pois a frustração das receitas tributárias da União teria que ser superior a esse valor.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt — De Brasília

**Título:** TCU considera elevado desembolso de R\$ 316 bi em leilão de excedentes

**Tribunal de Contas solicitou uma série de mudanças antes de autorizar a realização do certame**

A modelagem econômica desenhada pelo governo para o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa previa um desembolso de curto prazo de R\$ 316 bilhões para as empresas vencedoras. O valor - resultante da soma dos bônus de assinatura e das compensações devidas à Petrobras - foi considerado muito alto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que solicitou uma série de mudanças antes de autorizar a realização do certame, confirmado para 6 de novembro.

O governo acatou as observações e alterou algumas regras relativas à compensação da Petrobras. A primeira, inserida no edital do leilão, proíbe a estatal de exigir pagamento antecipado das compensações.

A companhia poderá cobrar, no máximo, o montante equivalente ao que entraria em seu caixa no caso de ela permanecer como única operadora de cada campo da região.

A outra mudança foi implementada em setembro, por meio da Portaria 363, do **Ministério de Minas e Energia (MME)**. O documento alterou o calendário do ressarcimento e reduziu o valor de referência do barril de petróleo a ser utilizado para o cálculo da compensação. Fixado anteriormente em US\$ 72, o preço foi separado por bloco e cotado de acordo com as estimativas de produção ao longo do intervalo entre os anos 2019 e 2050.

A Petrobras tem direito a compensações pelos investimentos já realizados na área da cessão onerosa. A empresa também deve ser ressarcida pela redução do seu fluxo de caixa, que será afetado quando outras empresas começarem a atuar na região. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estimou a compensação em US\$ 45,2 bilhões (R\$ 188 bilhões), mas o texto da nova portaria derrubou essa previsão para um valor que é mantido em sigilo.

Antes das alterações, os desembolsos de curto prazo das futuras vencedoras do leilão representavam, em média, 42% de toda a receita prevista durante a execução dos contratos, que têm prazo de 35 anos. Para o TCU, o percentual poderia comprometer a atratividade do certame.

“Tais montantes praticamente induzem as empresas (mesmo as maiores do mercado) a atuarem de forma consorciada (o que já limitaria bastante a multiplicidade de ofertas), e restringem o acesso a um seleto grupo de alta capacidade financeira”, alertou o órgão de controle, em relatório.

A competitividade do leilão interessa ao TCU porque a parcela de recursos que caberá a União será maior de acordo com as ofertas a serem apresentadas, ou seja, quanto mais competidores, mais receita para o governo.

No campo de Búzios, de longe o maior do leilão, a soma do bônus de assinatura (US\$ 18,4 bilhões) e das compensações à Petrobras (US\$ 37,6 bilhões) representaria quase metade de todo o dinheiro que será gerado pela exploração dos 7 bilhões de barris de óleo e gás existentes no local.

“Mesmos para os promissores campos do leilão, pode não ser razoável impor aos investidores o desembolso de quase a metade do valor total dos projetos, de forma antecipada”, alertou o Tribunal de Contas da União.

Mesmo para as empresas de maior porte no mercado internacional, consorciadas ou não, indicar a necessidade de dispor de aproximadamente US\$ 76 bilhões no início da execução de contratos, em que o horizonte é de 35 anos, pode se mostrar incompatível com o valor dos ativos licitados e com as práticas de mercado o que, ao fim, pode resultar em fracasso do certame”, complementa o órgão.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília**

**Título: Aposta é que contrato com Petrobras terá aval, mesmo que com ressalvas**

Mesmo sem uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a revisão do contrato entre Petrobras e União em torno da cessão onerosa, o governo decidiu incluir, na sua programação orçamentária e financeira deste ano, parte da receita que espera obter no megaleilão do excedente de petróleo dessa área do pré-sal. A decisão do TCU só sairá no dia 23.

A expectativa na área econômica, no entanto, é que os ministros do TCU serão favoráveis à revisão negociada pela Petrobras com o governo, que se arrasta desde 2016, mesmo com algumas ressalvas, como já ocorreu na semana passada, quando aprovaram, com ressalvas, os termos do megaleilão.

Durante entrevista coletiva anteontem, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não quis informar se o megaleilão será mantido caso o TCU não aprove a revisão do contrato ou adie a decisão, solicitando alterações ou mais informações.

Waldery disse que está confiante de que a decisão será favorável, pois o assunto está sendo discutido pelo atual governo com os auditores do TCU desde a transição, no fim do ano passado, e que todas as informações que eles solicitaram foram repassadas.

Se os ministros do TCU não aprovarem os termos da revisão ou solicitarem mudanças no texto do acordo negociado, a União não teria como pagar a Petrobras e o leilão correria o risco, em tese, de ser até mesmo adiado, devido aos riscos jurídicos.

Embora já tenha manifestado sua preferência por dois campos da cessão onerosa que serão licitados (Búzios e Itapu), a Petrobras condicionou a sua participação no leilão ao recebimento da compensação da União a que tem direito pela revisão do contrato.

Todas essas interrogações só serão respondidas na quarta-feira da semana que vem, após decisão do TCU. O **Valor** apurou, no entanto, que a expectativa do governo é que a revisão do acordo será aprovada pelos ministros do tribunal, mesmo com ressalvas.

Uma atitude mais cautelosa do governo teria sido adiar, para uma data posterior ao dia do certame, a inclusão dos recursos do leilão do excedente da cessão onerosa na programação orçamentária. O governo argumenta que a receita do leilão incluída na programação orçamentária, no valor de R\$ 52,5 bilhões, não será utilizada para gastos correntes. Ou seja, o governo não gastará por conta dessa receita.

O dinheiro foi bloqueado em uma reserva, que será utilizada, no futuro, apenas para pagar a própria Petrobras e para transferir os recursos que serão divididos com Estados e municípios. “Se o leilão não se realizar, essa reserva não existirá”, explicou o secretário-adjunto do Tesouro, Otavio Ladeira. Ou seja, o arranjo idealizado pela equipe econômica não compromete o cumprimento da meta fiscal deste ano.

A questão é saber, então, o motivo que levou o governo a antecipar a inclusão de parte dos recursos da cessão onerosa na programação orçamentária e financeira deste ano, se não pretende usar o dinheiro até a realização do leilão. “Tivemos que cumprir prazos”, explicou Waldery. O principal prazo é o definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), válida para 2019, que define o dia de hoje, 15 de outubro, como a data limite para o envio ao Congresso de projetos de lei de créditos suplementares e especiais ao Orçamento.

O pagamento da União à Petrobras não está previsto na lei orçamentária deste ano. Para que a despesa seja realizada, ela precisa ser autorizada pelo Congresso e constar do Orçamento. A Emenda Constitucional 102, de setembro de 2019, excluiu esse pagamento do teto de gastos.

Por isso, o governo teria que encaminhar um projeto de lei (PLN) ao Congresso com a abertura de um crédito suplementar no valor a ser pago à estatal, algo em torno de R\$ 33,7 bilhões.

Na semana passada, o governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei (PLN 27/2019) propondo que o prazo do dia 15 de outubro para a apresentação de projetos de crédito suplementar e especial ao Orçamento seja adiado para o dia 14 de novembro. Se havia esse limite na lei, o governo deveria ter pedido, há mais tempo, a prorrogação do prazo. Não o fez e, por isso, foi obrigado a incluir na programação orçamentária e financeira parte dos recursos do leilão da cessão onerosa para poder apresentar, até ontem, um projeto de lei de crédito especial para pagar a Petrobras.

Há um “subproduto”, muito importante do ponto de vista político, da decisão de incluir, agora, parte da receita do megaleilão na programação orçamentária e financeira. Como admitiu anteontem que há recursos disponíveis, o governo é obrigado a desbloquear as emendas parlamentares que tinham sido contingenciadas ao longo deste ano.

Desbloqueou também as despesas contingenciadas dos demais poderes, mantendo parte do bloqueio apenas dos ministérios e órgãos do Poder Executivo. Isso foi possível não só pela inclusão na programação dos recursos obtidos na 16ª rodada de concessões de petróleo, realizada na semana passada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), no valor de R\$ 8,9 bilhões, mas, principalmente, pela inclusão de parte dos recursos da cessão onerosa.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Fabio Graner — De Brasília**

**Título: Investimento de estatais é o menor em 20 anos**

A execução de investimentos das empresas estatais federais até agosto é a mais baixa da série iniciada em 2000. De acordo com dados do Ministério da Economia, o indicador ficou em 19,1% de janeiro a agosto deste ano, perdendo para os 21,2% verificados em igual período do ano passado e no ano 2000, os dois piores resultados da série. Mesmo em termos de volume financeiro, o montante aplicado neste ano agora é o mais baixo desde 2009, com R\$ 23 bilhões.

A piora nos investimentos realizados pelas companhias federais ocorre no mesmo contexto em que o esse tipo de gasto por parte do governo também

tem baixa execução, em decorrência do ajuste fiscal em curso comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O menor volume aplicado em obras e projetos de ampliação de capacidade produtiva das empresas da União vem acompanhado, por outro lado, de uma forte expansão no lucro delas. No primeiro semestre, o resultado líquido do conjunto dessas companhias foi de R\$ 60,7 bilhões, com aumento de quase 70% sobre igual período do ano passado. Após 2014, elas vinha registrando resultados negativos.

Questionado sobre a baixa execução dos investimentos das estatais, o Ministério da Economia respondeu ao **Valor** lembrando que o orçamento delas foi feito em meados do ano passado, com base em cenários e planos que foram traçados à época, em outro governo.

“Em relação a execução do orçamento até agosto de 2019, as empresas estatais federais, constantes do Volume VI da LOA, investiram o montante de R\$ 23,0 bilhões, equivalentes a 19,1% da dotação prevista na LOA 2019. Ainda, a redução da execução do volume de investimento foi necessária para adequar o plano de negócios das empresas ao seu core business, bem como para adequar às orientações da nova gestão, com reavaliação das prioridades das empresas para 2019”, argumentou o ministério, lembrando que também houve redução na previsão de aporte de capital para investimentos nas empresas em decorrência da necessidade de ajuste fiscal do Tesouro.

Os dados do ministério mostram que o Grupo Petrobras continua sendo o líder dos investimentos das companhias do governo, embora também esteja em seu mais baixo índice de execução da série para os oito primeiros meses do ano.

“O percentual de execução do Orçamento de Investimentos depende de estratégia da Petrobras, que está em processo de desinvestimento para reduzir o endividamento e concentrar sua atuação em operações mais rentáveis”, diz o ministério, que lista operações como as vendas da TAG, de participação na BR Distribuidora e da Stratura. “O Grupo Petrobras tem promovido uma reestruturação em seu plano de negócios que implica redução de sua participação no segmento de Refino e Gás Natural - RGN na Petrobras a fim de priorizar a atuação em seu core business, o segmento E&P”, completa a nota do ministério.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rodrigo Orair, o movimento das estatais reflete a decisão do governo de rever o papel

das empresas públicas, reduzindo seus quadros, endividamento e reforçando o caixa com vistas a privatizações. “Nesse contexto, é natural que haja queda nos investimentos”, comentou, destacando que a maior parte das obras refere-se a apenas duas empresas: Petrobras e Eletrobras. E as duas já vêm passando por ajustes desde 2015

Segundo ele, parte desse processo refere-se à compensação de excessos cometidos no passado, até 2014, quando havia uma orientação de fazer com que as estatais puxassem os investimentos na economia.

Orair chama a atenção que as empresas públicas são instrumento poderoso de política econômica, pois respondem rapidamente aos comandos da estratégia de quem está no poder. Assim, lembra, as empresas nos anos 90 tiveram forte papel fiscal, passando para motores do investimento entre 2004 e 2014 e agora obedecendo à estratégia de enxugamento e redução do endividamento delas e também do setor público.

O governo tem deixado claro que considera importante reduzir o tamanho do Estado, e isso inclui enxugar e privatizar o maior número de estatais possível, para supostamente abrir espaço para o investimento privado.

Orair aponta ainda que esse modelo de menor investimento e maior lucratividade ajuda a reforçar o caixa não só das empresas, mas também do governo, devido ao pagamento de dividendos.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Política**

**Autor: Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília**

**Título: Senado aprova por unanimidade projeto sobre cessão onerosa**

O Senado cumpriu o acordo com a Câmara dos Deputados e aprovou ontem, por unanimidade, o projeto que destina 33% dos R\$ 106 bilhões estimados para o leilão da cessão onerosa do pré-sal a Estados e municípios e cria regras para a distribuição do recurso.

O relator da proposta, senador Omar Aziz (PSD-AM), manteve o texto aprovado na Câmara. A única emenda, apresentada pelo PT, foi rejeitada, e a matéria seguiu para sanção do presidente Jair Bolsonaro. O acerto, capitaneado pelos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), põe fim ao conflito entre as duas Casas do Legislativo, que discordavam nas regras para repartir o dinheiro.

Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, que se sentiram prejudicados com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que o Senado havia aprovado, saíram fortalecidos. São Paulo receberá R\$ 538,6 milhões a mais do que teria direito com as regras colocadas na PEC. O Rio Grande do Sul, R\$ 318,9 milhões a mais.

O Ceará, Estado de Cid Gomes (PDT-CE), justamente o relator da PEC rechaçada pela Câmara, foi o mais prejudicado: receberá R\$ 185,3 milhões a menos do que na proposta anterior.

A partilha será feita da seguinte forma: 15% do bônus ficarão com os municípios e outros 15% serão destinados aos Estados, sendo que dois terços (10%) serão repartidos de acordo com critérios de distribuição do FPE e o outro terço (5%) será repartido pelos critérios do FEX/Lei Kandir, que contempla os Estados exportadores.

Inicialmente, Aziz havia se manifestado contra uma mudança feita pela Câmara dos Deputados, que permitiu que os municípios possam gastar livremente o dinheiro do bônus. Ele acabou sendo convencido, no entanto, a não modificar esse trecho para evitar o atraso da aprovação da matéria.

O PT apresentou uma emenda cujo objetivo seria recompor o orçamento do Norte e Nordeste, contrariando o acordo fechado entre os líderes, o que irritou Omar Aziz. “Essa emenda me joga de confronto ao meu Estado [Amazonas] e não fiz esse relatório porque concordo 100%, não. Foi feito um acordo”, protestou.

No debate, sobrou até para o filho do presidente Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). Aziz lembrou que, nos últimos anos, foram aprovadas várias medidas de auxílio ao Rio de Janeiro. Flávio, senador em primeiro mandato, discordou e tentou tomar a palavra, mas foi cortado rispidamente por Aziz. “Não discorde não, porque o senhor não estava aqui.”

Líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE) conseguiu convencer o senador Mecias de Jesus (Rep-RR) a retirar outra emenda, que previa o repasse de 0,5% dos recursos do bônus de assinatura para Roraima, para ser utilizado exclusivamente no pagamento das despesas no acolhimento dos imigrantes venezuelanos. Bezerra garantiu que o governo fará hoje uma reunião com a bancada de Roraima para negociar um novo repasse de recursos.

A aprovação das regras para divisão do bônus da cessão onerosa abre caminho para a votação, na próxima terça-feira, do segundo turno da reforma da Previdência. Não desfaz, no entanto, a insatisfação da equipe econômica com mudanças feitas pelo Senado no primeiro turno.

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre afirmou a jornalistas que já foi avisado de que não haverá mais neste ano o repasse de cerca de R\$ 4 bilhões a Estados e municípios, relacionados ao Fundo de Apoio às Exportações, o FEX, e valores previstos na Lei Kandir.

O revés na liberação do dinheiro se dá por conta da mudança feita pelo Senado no texto da reforma em primeiro turno, quando derrubou as mudanças nas regras de pagamento do abono salarial, tirando R\$ 76,4 bilhões da economia esperada pelo governo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na ocasião que “cada bilhão” perdido no Senado seria compensado no pacto federativo, pacote com medidas de socorro aos entes prometido desde março. Os R\$ 4 bilhões de compensação da lei Kandir eram parte do pacote.

|                 |                        |
|-----------------|------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b> |
| <b>Data:</b>    | <b>16/10/2019</b>      |
| <b>Seção:</b>   | <b>Empresas</b>        |
| <b>Autor:</b>   |                        |
| <b>Título:</b>  | <b>Destaques</b>       |

A Petrobras estendeu até segunda-feira o prazo para as empresas expressarem seu interesse na aquisição de oito blocos exploratórios em terra, localizados na Bacia do Recôncavo, na Bahia. Segundo a empresa, não haverá prejuízo para as empresas que já manifestaram seu interesse. Ela informou ainda que o prazo para o envio do acordo de confidencialidade assinado e dos demais documentos previstos na divulgação da oportunidade (“teaser”) passou para 25 de outubro.

### **EDP fica estável**

A EDP Energias do Brasil informou que o volume total de energia distribuída subiu 0,1% no terceiro trimestre, na comparação com o mesmo período de 2018, para 6.170.080 megawatts-hora (MWh). Segundo a companhia, o resultado reflete o efeito negativo da desaceleração da produção industrial, apesar dos sinais de recuperação do comércio e do aumento do consumo das famílias, impulsionados pelos níveis mais baixos de inflação e de taxas de juros. “O maior número de dias médios faturados também contribuiu para o resultado”, informa trecho do comunicado. A energia distribuída no mercado livre recuou 0,7%, enquanto no mercado cativo cresceu 0,8%. A empresa registrou, nos últimos 12 meses, crescimento de 2,1% no número de clientes.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 16/10/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

### **Vendas da Rio Tinto**

As vendas de minério de ferro da Rio Tinto nas operações de Pilbara, na Austrália, no terceiro trimestre somaram 86,1 milhões de toneladas, aumento de 1% ante o segundo trimestre e de 5% em relação ao mesmo intervalo de 2018. Segundo a Rio Tinto, a alta reflete “a boa recuperação dos desafios operacionais e climáticos experimentados no começo do ano”.

### **Petrobras contrata**

A Petrobras assinou cartas de intenção com a japonesa Moldec e a malasiana Yinson para afretamento de duas plataformas do tipo FPSO. Conforme comunicado da brasileira, as unidades serão utilizadas no projeto de desenvolvimento da produção da revitalização dos campos de Marlim e Voador, módulos 1 e 2, localizados na Bacia de Campos.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 16/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Gregory Meyer, Neil Hume e David Sheppard — Financial Times, de Nova York e Londres****Título: Falta de disponibilidade triplica tarifa de superpetroleiro**

O mercado de frete de superpetroleiros enfrenta uma falta de disponibilidade que fez os preços triplicarem, afetado pelas sanções americanas contra uma importante empresa chinesa de navios e pelo grande número de embarcações tiradas da água para a instalação de purificadores das emissões de enxofre.

As tarifas no mercado à vista para fretar viagens de superpetroleiros entre o Golfo Pérsico e a China triplicaram nas últimas semanas e chegaram a um valor de quase US\$ 140 mil por dia na quinta-feira da semana passada, segundo a corretora de navios nova-iorquina Poten & Partners.

Corretoras de navios informam que as empresas comercializadoras de petróleo têm encontrado dificuldade para contratar superpetroleiros - que podem

transportar mais de 2 milhões de barris - desde que, há três semanas, o governo dos EUA impôs sanções a duas subsidiárias da Cosco, maior dona de petroleiros da China, por seu suposto envolvimento no favorecimento a vendas de petróleo iraniano.

Ao mesmo tempo, pelo menos 60 superpetroleiros estão fora do mercado esperando para serem reequipados com purificadores do sistema de exaustão, antecipando-se à entrada em vigor de novas leis ambientais sobre o teor de enxofre no combustível dos navios.

As companhias comercializadoras e analistas estimam que esses dois fatores removeram cerca de 10% da frota ativa de superpetroleiros do mundo e pegaram de surpresa algumas grandes petrolíferas, levando as tarifas de fretes às alturas.

“Da frota ativa de 700 a 720 VLCC [sigla em inglês para ‘petroleiros muito grandes’], 60 embarcações vão estar em diques por todo o quarto trimestre e 26 foram afetadas pelas sanções da Ofac [sigla da agência americana de fiscalização de ativos estrangeiro]”, segundo o chefe de navegação de uma das maiores comercializadoras de petróleo do mundo, que não quis ser identificado.

“De repente, você tem mais de 10% da frota paralisada. Isso é enorme em um momento no qual os EUA estão elevando as exportações de petróleo.”

Nos últimos 30 dias, as exportações americanas de petróleo somaram em média mais de 3 milhões de barris por dia, cerca de 35% a mais do que há um ano, segundo a Agência de Informações sobre Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês).

Algumas petrolíferas também contrataram embarcações adicionais para diversificar a oferta depois dos ataques em setembro às importantes instalações de processamento de petróleo de Abqaiq na Arábia Saudita. Os ataques, que restringiram temporariamente a produção de petróleo saudita, “deixaram as pessoas de sobreaviso” quanto a riscos de interrupções no mercado de petróleo, segundo avaliação de Erik Broekhuizen, chefe de análise e consultoria de petroleiros, na Poten & Partners.

O frete de petroleiros do tamanho Suezmax estão custando mais de US\$ 100 mil por dia, apesar de terem capacidade para carregar apenas a metade de petróleo que os VLCCs, de acordo com a Poten & Partners.

Embora as subsidiárias da Cosco atingidas pelas sanções tenham 21 VLCCs e 20 petroleiros de menor tamanho, muitas empresas ocidentais também estão relutantes em fretar qualquer embarcação da firma controladora, cuja frota soma cerca de 150 petroleiros, segundo Broekhuizen.

“A psicologia do mercado mudou completamente a favor dos donos de navios”, acrescentou. “É o fator do medo. As pessoas sentem que se não contratarem uma embarcação hoje, talvez amanhã isso custe US\$ 40 mil a mais. ‘Deixe eu resolver logo meu carregamento’.”

Empresas comercializadoras de petróleo destacaram que as novas regras de navegação, além de terem levado os donos de navios a correr para instalar os purificadores, também tiraram do mercado vários navios, que estão sendo usados para armazenar o diesel marítimo mais limpo a ser exigido após a entrada em vigor das leis, em janeiro de 2020.

As comercializadoras calculam que o preço do diesel de navegação com baixo teor de enxofre poderia disparar com a troca de combustível, o que as têm levado a fretar navios para armazenar combustível em Cingapura, um importante centro naval e de reabastecimento.

As corretoras de navio ressaltam que a falta de disponibilidade é exacerbada porque os navios nos diques para a instalação dos purificadores e a frota da Cosco são, em grande medida, embarcações novas, que tendem a ser privilegiadas pelas petrolíferas no atual efervescente mercado à vista.

A alta nas tarifas de frete também impulsionou as ações das principais empresas de navegação no mundo. A Frontline, controlada pelo bilionário John Fredriksen, nascido na Noruega, viu as ações subirem cerca de 27% nos últimos 30 dias, enquanto as da Euronav valorizaram-se em torno a 24%.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Neil Hume — Financial Times, de Londres**

**Título: Anglo American prevê produção de 100 anos em mina de cobre no Peru**

**Quellaveco, projeto de US\$ 5 bilhões, tem reservas comprovadas até uma profundidade de 400 metros, podendo se estender a até 1 mil metros**

O projeto de cobre de US\$ 5 bilhões da Anglo American no Peru tem potencial para ser um ativo “geracional”, com reservas suficientes para um século de produção, segundo o executivo encarregado de seu desenvolvimento.

A mina peruana de Quellaveco tem reservas comprovadas até uma profundidade de 400 metros, mas amostras de perfurações indicam que a mineralização poderia se estender até a 1 mil metros, informou a empresa em apresentação.

“Esta não vai ser uma mina de 30 anos. Minha opinião pessoal é que vai estar perto dos 100 anos”, disse Tom McCulley, chefe da Anglo American no Peru, em apresentação feita em Lima na segunda-feira. “Vai ser uma licença para imprimir dinheiro por um longo período de tempo”.

A Quellaveco é a primeira nova mina aprovada pela Anglo American desde o Minas-Rio, um projeto de minério de ferro que consumiu bilhões de dólares além do orçamento e acabou custando também o cargo da ex-executivo-chefe Cynthia Carroll.

Agora liderada pelo executivo australiano Mark Cutifani, analistas dizem que a Quellaveco é uma chance para a Anglo American mostrar que é capaz de entregar grandes projetos dentro do prazo e do orçamento. Cutifani, que assumiu o comando da empresa em 2013 e a recuperou, disse que não pretende sair da mineradora até ter entregue o projeto concluído.

Duas minas de cobre adjacentes estão em produção há mais de 40 anos, a profundidades bem maiores do que em Quellaveco, que está localizada na região peruana de Moquegua. “Sabemos que isto vai continuar crescendo”, disse McCulley.

O cobre é apontado por analistas como um dos maiores beneficiários da transição mundial para uma energia com menos emissões de carbono, já que é usado pelas empresas de veículos elétricos e de fontes de energia renováveis.

Quellaveco deverá começar a produzir em 2022. Quando chegar a sua capacidade plena, deverá fazer 330 mil toneladas de cobre por ano, em seus primeiros cinco anos. “Este é um minério de alta qualidade - mais de 1% de cobre - e é suave [portanto] vai passar pela usina com muita facilidade”, disse McCulley.

A exploração fora das áreas principais do projeto indicam que poderia haver outro grande depósito próximo de Quellaveco, em uma área onde atualmente há moradias para o pessoal da Anglo American.

“Na verdade, fizemos alguns furos de perfuração recentemente e encontramos alguns dos minérios de melhor qualidade que já vimos fora da mina”, disse. “Vimos o suficiente para dizer que provavelmente há outra Quellaveco aí fora.” McCulley disse que um aqueduto de 95 quilômetros e as relações com as comunidades locais são dois dos maiores riscos do projeto.

Na semana passada, a mineradora estatal chinesa MMG comunicou que seria forçada a cortar pela metade a produção de seu gigantesco projeto em Las Bambas, também no Peru, se manifestantes continuarem bloqueando estradas.

Os ativistas locais também impediram o acesso ao principal porto de cobre do Peru neste mês.

Os moradores do chamado cinturão do cobre do sul do Peru protestam contra a concessão pelo governo de uma licença para outra mineradora, a Southern Copper Corp., construir a mina de Tía María, por preocupações com os recursos locais de água, segundo informou a Reuters.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Cristiano Zaia — De Brasília

**Título:** Camex muda distribuição da cota do etanol

### **Resolução redistribui volume de 750 milhões de litros livre de tarifa de acordo com o período do ano**

Em sua primeira reunião neste ano, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou na segunda-feira uma resolução que redistribui a cota de importação de 750 milhões de litros de etanol livre de tarifa de acordo com o período do ano, como antecipou o **Valor**.

A norma, à qual a reportagem teve acesso, deverá ser publicada na edição de hoje do “Diário Oficial da União”. A medida busca equilibrar a disponibilidade de etanol importado - sobretudo dos Estados Unidos - para não atrapalhar as usinas de cana da região Nordeste.

Na prática, a maior parte da cota de importação poderá ser utilizada apenas durante a entressafra nordestina de cana-de-açúcar.

Pela norma, poderão ser importados pelo Brasil até 200 milhões de litros entre o intervalo que começou em 31 de agosto deste ano e vai até 29 de fevereiro de 2020 - ainda na fase de produção das usinas do Nordeste. Outros 275 milhões de litros terão que ser escoados de 1º de março até 31 de maio de 2020, e os 275 milhões de litros restantes de 1º de junho a 30 de agosto de 2020.

Com a medida, o governo busca aplacar críticas dos produtores de etanol do Nordeste e, assim, manter o acordo firmado durante a visita feita em março pelo presidente Jair Bolsonaro ao mandatário americano, Donald Trump. No

encontro em Washington, o Brasil se comprometeu com o aumento de cota de importação de etanol livre de tarifa, que era de 600 milhões de litros e vencia em agosto.

No entanto, a pressão dos produtores do Nordeste chegou a representar um risco de derrota para o governo. No Congresso Nacional, a votação de um projeto de decreto da câmara (PDC) que sustaria a cota de importação do combustível foi tida como iminente.

Nos esforços para barrar a votação do projeto, que chegou a ter o regime de urgência aprovado na Câmara dos Deputados, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, negociou com o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A intenção dos usineiros da região Nordeste era que Maia pautasse a votação do PDC em plenário, mas a ministra contou com o apoio da bancada ruralista para evitar a derrota. Agora, com a publicação da medida da Camex, a expectativa é que a insatisfação com a nova cota diminua.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Daniel Weterman Amanda Pupo / BRASÍLIA

**Título:** Senado aprova divisão de recursos do pré-sal e deve destravar Previdência

Contrapartida. Texto referente à partilha de megaleilão foi aprovado sem mudança e segue à sanção do presidente; distribuição de recursos deve colocar, neste ano, R\$ 22 bi no caixa de governos estaduais e municipais e foram usados como ‘compensação’ pela reforma

O Senado aprovou ontem o projeto que divide os recursos do megaleilão do petróleo com Estados e municípios. O texto passou com os votos de todos 68 os senadores presentes – não houve voto contrário. A proposta segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro e destrava a conclusão da reforma da Previdência na Casa, prevista para o próximo dia 22. A expectativa é que, com a divisão, prefeitos e governadores recebam um total de R\$ 21,9 bilhões no caixa até o fim do ano.

A distribuição dos recursos do megaleilão faz parte do chamado pacto federativo, conjunto de projetos que aumentam verbas a Estados e municípios. O pacote foi negociado pelos senadores como forma de “compensar” a aprovação da reforma da Previdência. Se mantido como está na votação do

segundo turno, o texto prevê a economia de R\$ 800 bilhões em dez anos. Marcado para dia 6, o megaleilão corresponde à chamada cessão onerosa, que trata do petróleo excedente em uma área inicialmente explorada pela Petrobrás. O contrato da União com a estatal, assinado em 2010, previa a retirada de menor quantidade de barris do que o local possui. O governo prevê arrecadar R\$ 106,5 bilhões com o volume extra de petróleo da região e o megaleilão tem despertado o interesse das principais petroleiras do mundo.

Ao longo do dia, senadores do Norte e do Nordeste tentaram alterar a proposta para destinar mais recursos a essas regiões. O temor de que o texto retornasse à Câmara dos Deputados e comprometesse o repasse de valores para governadores e prefeitos fez com que o projeto fosse aprovado sem modificações. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), agiu para que o texto definido em acordo com a Câmara fosse mantido. Como mostrou o Estadão/ Broadcast, o Congresso ainda precisa votar dois projetos abrindo crédito no Orçamento para autorizar o pagamento dos recursos devidos à Petrobrás e o repasse para Estados e municípios. Alcolumbre pretende pautar essas propostas em uma sessão conjunta até a data do leilão.

O projeto aprovado ontem determina que 15% (R\$ 10,95 bilhões) dos recursos sejam destinados para Estados, respeitando um cálculo misto: dois terços de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados – que beneficiam mais Norte e Nordeste – e um terço seguindo as regras do Fundo de Auxílio às Exportações (FEX) e da Lei Kandir – que beneficiam Estados exportadores. Para os municípios, a proposta destina outros 15%, segundo critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FMP), privilegiando municípios mais pobres. A União fica com R\$ 49 bilhões, a Petrobrás com R\$ 33,6 bilhões e o Rio, R\$ 2,4 bilhões.

Pressa. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou emenda aumentando a quantidade de recursos destinada aos Estados do Norte e do Nordeste e ao Distrito Federal. O relator do projeto, Omar Aziz (PSDAM), rejeitou alterações que fizessem o texto retornar à Câmara. “Não tem perda (para governadores), eles não tinham nada, nós é que estamos dando isso para eles. Se eu fosse o presidente, ia pensar muito em ter de dar a dinheiro a torto e a direito. O Bolsonaro está sendo bonzinho”, afirmou Aziz durante sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual o projeto foi aprovado mais cedo.

Pelo texto, prefeitos poderão escolher onde colocar os recursos primeiro, na Previdência ou em investimentos. No caso dos governadores, a regra é engessada. Os governos estaduais deverão usar os recursos prioritariamente para cobrir rombos na Previdência e, apenas se sobrar dinheiro, para investimentos. O Rio é o Estado que mais receberá na divisão. A benesse foi articulada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelo senador

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). Entre os 10 Estados que mais terão recursos, cinco são do eixo Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Sonia Racy

**Título:** Etanol em Dubai

#### Direto da Fonte

A Única fez parceria com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira e leva à Wetex, feira internacional de energia de Dubai, uma proposta de mistura de etanol à gasolina como forma de reduzir a poluição. Vai mostrar que o blend de 27% de biocombustível na gasolina permite reduzir 20% de CO2 por quilômetro rodado – e num carro híbrido essa redução chega a 51%. Atualmente, mais de 60 países têm mandatos de mistura de biocombustíveis e combustíveis fósseis, mas não adotaram ainda a fórmula. A feira começa na segunda.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Ricardo Delia Coletta

**Título:** Senado aprova partilha de recursos do megaleilão do pré-sal de novembro

Considerado fundamental para aprovar reforma da Previdência na próxima semana, projeto segue para sanção de Jair Bolsonaro

Brasília- O Senado Federal aprovou nesta terça (15), por 68 votos a 0, o projeto que distribui entre a União, estados e municípios os recursos do megaleilão do pré-sal de novembro, uma medida que representa um alívio para os cofres dos entes subnacionais.

Os senadores votaram o texto principal da medida e agora analisarão uma emenda que visa aumentar os valores destinados aos estados do Norte, Nordeste e ao Distrito Federal.

Após a votação dessa emenda, o projeto segue para a sanção de Jair Bolsonaro.

O aval do Legislativo para a partilha dos recursos do leilão do pré-sal é considerado no Senado como fundamental para possibilitar a aprovação do segundo turno da reformada Previdência na próxima semana.

O Congresso já havia aprovado uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), em 26 de setembro, para permitir que os recursos fossem repartidos entre União e os demais entes subnacionais. Agora, o projeto avalizado define os critérios dessa divisão.

As regras de partilha foram definidas em uma longa negociação entre deputados, que atuaram para ampliar a fatia dos municípios, e senadores, que trabalharam para beneficiar os estados. O entendimento levou à aprovação da proposição na Câmara em 9 de outubro.

O bônus de assinatura do leilão que definirá o direito de produzir em quatro reservas descobertas pela Petrobras na Bacia de Campos é de aproximadamente R\$ 106,5 bilhões. Uma fatia (R\$ 33,6 bilhões) ficará com a Petrobras, sendo que o restante será compartilhado entre União e os entes subnacionais. Pelo texto aprovado, 30% do montante deve ser dividido igualmente entre estados e municípios.

O acordo prevê que a parcela destinada aos municípios (cerca de R\$ 10,9 bilhões) será repartida respeitando as normas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

A divisão dos estados dos outros R\$ 10,9 bilhões deve ser 10% pelo FPE (Fundo de Participação dos Estados), 2,5% do Fex (Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações) e 2,5% da Lei Kandir.

A Lei Kandir prevê compensação a estados pela isenção de ICMS sobre as exportações. Parte dos recursos é distribuída com base em percentuais definidos em 2002, de acordo com as exportações à época, mas outra parte leva em consideração uma tabela definida pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e que é alterada anualmente.

Ficou estabelecido ainda que o Rio de Janeiro receberá 3% do bolo da União, a título de estado produtor.

Cálculos da Consultoria de Orçamento do Senado indicam, por exemplo, que São Paulo terá direito a cerca de R\$ 632,6 milhões. O Rio receberá R\$ 178,2 milhões, além dos quase R\$ 2,2 bilhões.

Na sessão desta terça, senadores do Norte e Nordeste se queixaram que o acordo alcançado na Câmara privilegia as unidades da federação do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Essa foi a razão que levou esses parlamentares a patrocinar a emenda que ainda será apreciada a noite desta terça.

No entanto, existe resistência no Plenário à emenda uma vez que qualquer alteração na redação devolveria o projeto à Câmara dos Deputados, o que colocaria em risco a sanção da lei antes da data do leilão (6 de novembro).

“Se eu tivesse que fazer um relatório e tivesse tempo para aprovarmos, teria algumas emendas a fazer”, disse o senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da matéria. “Mas nós não temos tempo para fazer essas mudanças”.

Aziz também elogiou o presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes, ao alegar que é a primeira vez que a União aceita abrir mão de parcela de recursos de um leilão para ajudar estados e municípios.

“Estou colocando aqui a defesa desse projeto, porque nunca aconteceu, na história do Brasil, de você ter uma distribuição de recursos do jeito que está sendo feita. Temos que ser verdadeiros.”

O texto pactuado permite ainda que municípios possam destinar os recursos para investimento ou para cobrir dívida previdenciária parcelada ou para a criação de reserva financeira para pagamento de despesa com fundos previdenciários de servidores públicos. Já os estados poderão usar os recursos para dívidas previdenciárias e investir.

Apesar de o texto principal ter recebido amplo apoio no Plenário, houve críticas à equipe econômica. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), criticou o fato de o governo ter comunicado senadores de que não haverá mais um repasse que havia sido prometido a estados e municípios, relacionado à lei Kandir, da ordem de R\$ 4 bilhões.

“Fomos engabelados pelo governo. Inclusive com o argumento de que era claramente uma retaliação porque o Congresso não aprovou a reforma da Previdência do jeito que o ministro da Economia queria. Já que não votaram como eu queria, eu vou retirar esses R\$ 4 bilhões que iriam atender os estados”, disse o senador.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Sexta rodada de leilão já ostenta recorde de 17 empresas inscritas e espera arrecadar R\$ 106 bi

RIO DE JANEIRO- A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) informou nesta terça(15) que 17 empresas se habilitaram para participar da

sexta rodada de licitações do pré-sal, no dia 7 de novembro. É o maior número de inscritos para um leilão do pré-sal realizado no país.

A sexta rodada será a terceira de uma série de grandes leilões promovida pelo governo neste ano. No primeiro deles, na semana passada, 12 das 36 áreas oferecidas foram concedidas, com arrecadação de R\$ 8,9 bilhões, recorde para um leilão sem áreas do pré-sal. O segundo grande leilão será o megaleilão da cessão onerosa, no dia 6 de novembro. Será o maior deles, com arrecadação de até R\$ 106 bilhões. Nele, o governo oferecerá o direito a produzir em quatro reservas descobertas pela Petrobras na Bacia de Campos.

Na sexta rodada, serão oferecidas cinco áreas nas bacias de Santos e Campos para contratos de partilha —que prevê a participação do governo no consórcio vencedor. Se as cinco forem vendidas, a arrecadação será de R\$ 7,8 bilhões.

Neste tipo de leilão, os bônus de assinatura são fixos e vence a empresa ou consórcio que se comprometer a entregar o maior volume de óleo para o governo durante a vida útil do projeto. O modelo também será usado no megaleilão da cessão onerosa.

Entre as petroleiras inscritas para a sexta rodada estão gigantes mundiais que já vêm participando de leilões do pré-sal, como as americanas Exxon e Chevron, a anglo-holandesa Shell, a britânica BP a norueguesa Equinor e a francesa Total.

Há também empresas que tem reforçado o interesse no Brasil, como a espanhola Repsol, a alemã Wintershall, a QPI, do Catar, e a Petronas, da Malásia — que participaram do leilão da semana passada.

Há ainda as chinesas CNODC e CNOOC, a equatoriana Ecopetrol, a americana Murphy, a portuguesa Petrogal e a Cepsa, do fundo Mubadala. Do Brasil, só Petrobras e Enauta, antiga Queiroz Galvão Exploração e Produção.

Segundo a ANP o recorde anterior era da quarta rodada do pré-sal, em 2018, quando 16 empresas foram habilitadas.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Cotidiano

**Autor:** Michel Alecrim

**Título:** Museu geológico no Rio terá reforma com verba do petróleo

Plano é ter o prédio pronto para as comemorações dos 200 anos da Independência

Rio de Janeiro- Os avanços tecnológicos da indústria do petróleo serão um dos pontos principais da comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil, em 2022.

Até lá deve estar pronto o projeto de revitalização do Museu de Ciências da Terra, que fica na Urca, no Rio de Janeiro, integrando parte das festividades.

O museu vai receber estimados R\$ 123 milhões para melhorias nas instalações e ainda prepara a abertura de um novo pavilhão dedicado à exploração petrolífera.

Um passo importante para a realização do projeto foi a aprovação da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) do plano de trabalho para a elaboração dos projetos executivos das obras.

Essa etapa de planejamento deve durar 15 meses e vai custar R\$ 6,2 milhões. Depois disso, começa a restauração do chamado Palácio dos Estados, prédio em estilo neoclássico, construído para a Exposição Nacional de 1908, que marcou o centenário da chegada da família real ao Brasil.

O local está fechado para as obras, mas a instituição continua ativa por meio do programa Museu em Movimento.

“O prédio do museu será modernizado. Ganhará melhor infraestrutura e melhores condições de segurança. Mas o que é mais importante é o investimento no potencial do lugar como centro de ensino e pesquisa”, afirma o diretor-geral na ANP, Décio Oddone.

Por lei, as empresas exploradoras de petróleo precisam destinar parte de sua receita bruta para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nos contratos de concessão e partilha, o percentual fica em 1% e em 0,5% no modelo de cessão onerosa. A Petrobras está cumprindo com essa exigência apoiando a recuperação do museu.

O acordo firmado com a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), responsável pelo museu, prevê também a construção de novos laboratórios anexos ao prédio histórico.

Atualmente, a Petrobras guarda importante acervo de rochas e fluidos de inestimável valor histórico e científico, que será doado para a exposição ao público e disponibilizado para estudos científicos.

Grande parte desse patrimônio ficará em três litotecas (seleções de amostras minerais) que serão construídas na Ilha do Fundão, zona norte do Rio, em Manaus (AM) e em Feira de Santana (BA).

Atualmente, o Museu de Ciências da Terra já possui ricas coleções de rochas, meteoritos, fósseis, entre outros materiais, totalizando mais de 50 mil peças. Há ainda biblioteca com quase 100 mil obras, recomposta depois de um incêndio em 1973.

O assessor da presidência da CPRM, Paulo Romano, afirma que a instituição precisa incorporar todo esse conhecimento acumulado pela indústria do petróleo.

“Este é um sonho antigo que está sendo concretizado. Além das melhorias, precisamos ressaltar essa nova fase do Serviço Geológico do Brasil, que está mais vinculado à exploração de petróleo e gás”, afirma Romano.

Paralelamente à revitalização, a instituição toca em parceria com o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) projeto de um novo pavilhão que está sendo chamado de Museu do Petróleo.

A ideia é montar exposições interativas com o que há de mais avançado em tecnologia digital e realidade virtual, voltado para estudantes. O investimento, ainda não calculado, virá de doações de empresas petrolíferas filiadas à entidade.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA**

**Título: Senado aprova distribuição de dinheiro do leilão do pré-sal**

Caminho aberto para a Previdência

Senado aprova regras para a divisão de R\$ 106,5 bi do megaleilão de petróleo

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, com 68 votos a favor, o projeto de lei que estabelece as regras para a distribuição de parte do dinheiro a ser arrecadado pelo megaleilão de petróleo do pré-sal entre estados e municípios. Como não houve alteração em relação ao texto aprovado na Câmara, o projeto segue direto para sanção presidencial. A aprovação do projeto também garante a votação do segundo turno da reforma da Previdência na próxima semana.

O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com o leilão, marcado para 6 de novembro, no Rio. Desse total, R\$ 33,6 bilhões serão destinados à Petrobras pela revisão do contrato de cessão onerosa dos campos que serão leiloados — que permitiu a licitação. Do restante, a União destinará 30% para estados e municípios. Os estados dividirão R\$ 10,9 bilhões, e os municípios, fatia igual.

O Rio receberá, no total, R\$ 2,3 bilhões. Participa da divisão dos estados e também fica com 3%, por ser o estado que abriga os campos que serão leiloados. A divisão cumpre promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o presidente Jair Bolsonaro deve sancionar a lei hoje.

## NEGOCIAÇÃO INTENSA

A aprovação do projeto, que exigiu muita negociação entre governadores e líderes do Congresso, é considerada crucial para que seja realizada, no próximo dia 22, a votação em segundo turno da reforma da Previdência no Senado. É o último passo para que a reforma entre em vigor, já que uma emenda à Constituição não demanda sanção presidencial.

A discussão final no Senado estava contaminada pela negociação sobre a partilha dos recursos da cessão onerosa. O aperfeiçoamento dos critérios de divisão entrou na fatura cobrada por parlamentares para aprovar a reforma da Previdência porque os senadores querem mais recursos para estados e municípios. A aprovação do projeto é uma garantia de que o dinheiro chegará nos cofres regionais e é o primeiro item da reforma do pacto federativo, que irá aumentar os repasses federais.

Mais cedo, antes de ir ao plenário do Senado, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que Alcolumbre pautou o projeto como condição prioritária para a votação da Previdência no dia 22.

— Vossa Excelência puxou para si a responsabilidade de que a reforma da Previdência não seria votada se o pacto federativo não avançasse no Congresso —afirmou Bezerra, se dirigindo a Alcolumbre.

O projeto é fruto de um acordo fechado na semana passada, envolvendo Câmara e Senado, que estabeleceu um critério de divisão do dinheiro entre estados e municípios diferente do proposto inicialmente. O objetivo foi beneficiar tanto estados do Norte e do Nordeste quanto de Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Dois terços da fatia dos estados serão distribuídos conforme coeficientes do Fundo de Participação dos Estados (FPE), critério que beneficia estados mais pobres, situados nas regiões Norte e Nordeste. O terço restante será dividido segundo as regras da Lei Kandir, o que favorece estados exportadores do Centro-Sul.

Já para os municípios, os recursos serão distribuídos de acordo com os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que também favorece cidades pobres.

Os prefeitos poderão usar os recursos livremente. Já os governadores terão que aplicar sua parte inicialmente na cobertura do rombo dos seus regimes de previdência. O que sobrar, pode ir para projetos.

Agora, o governo terá pela frente outros desafios para concretizar os pagamentos e dar mais segurança ao leilão. As transferências para a Petrobras e para os governos regionais não estão previstas no Orçamento. Por isso, o Planalto enviará dois projetos ao Congresso com pedido de abertura de crédito especial, necessário para inserir essas despesas no Orçamento. Só depois da aprovação do texto, os pagamentos poderão ser feitos.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Míriam Leitão**

**Título: O dia em que Lula ajudou Bolsonaro**

Por ironia, a melhor notícia econômica que está sendo colhida neste primeiro ano do governo Bolsonaro foi plantada no governo Lula. Só há o excedente de petróleo para ser leiloado porque foi feita uma operação complexa que terminou elevando a participação do governo na Petrobras, e ao mesmo tempo a empresa ganhou o direito de explorar 5 bilhões de barris no pré-sal. A área era mais promissora do que o imaginado e esse óleo “excedente” será o super leilão do mês que vem.

O dinheiro que sairá dessa operação tem mil e uma utilidades. Entrará nos cofres do Tesouro este ano e no próximo. Está azeitando toda a relação com estados e municípios. É moeda de troca na construção do apoio aos projetos do governo, apesar de o presidente Bolsonaro passar a maior parte do tempo criando atritos com o Congresso e com os governos estaduais. Quando o diálogo azeda, o governo sempre acena com essa isca: a distribuição do dinheiro do leilão do excedente da cessão onerosa.

Não foi uma proposta visionária do governo Lula. Bem ao contrário. Ele suspendeu os leilões quando o petróleo estava em torno de US\$ 100, e o Brasil era considerado o melhor local de investimento. Ficaram suspensos por cinco anos e o país perdeu tempo, dinheiro e investimentos. Isso afastou empresas e interrompeu o crescimento da indústria de óleo e gás. O ex-presidente da ANP David Zylbersztajn acha que o que for arrecadado agora com esse petróleo vai

apenas atenuar o prejuízo. O erro começou na nona rodada de petróleo. Mais precisamente no dia 8 novembro de 2007.

— O governo retirou 41 áreas do pré-sal do leilão. Foi por ideologia e não motivação econômica. Se as áreas tivessem saído, o pré-sal licitado já estaria produzindo há algum tempo, pelo menos cinco anos, gerando royalties, participação especial, encomendas para a indústria. O que hoje vai ajudar a reduzir o buraco nas contas teria melhorado muito a situação fiscal nos últimos anos — explica Zylbersztajn.

O governo na época achou que seria mais vantajoso mudar o modelo de concessão para partilha. Na concessão, ganha quem pagar mais pelo direito de explorar aquele campo, na partilha, ganha quem oferecer mais óleo para o governo. Na época se dizia que a vantagem é que o país continuaria dono do petróleo.

— As 41 áreas não foram a leilão e entrou-se numa discussão sobre o modelo que durou cinco anos. Isso paralisou o setor e quebrou uma cadeia de futuro. O barril na época estava a US\$ 100 porque não havia acontecido a crise financeira de 2008, não havia sido descoberto o shalegas americano, o México não tinha mexido no seu modelo, o petróleo do Irã não estava no mercado. Havia muita liquidez e os investidores estavam dispostos apagar muito mais — conta David.

Veio a crise, a economia global afundou e o Brasil ficou ainda discutindo como mudar o modelo de exploração do petróleo: — A produção seria no mínimo 50% maior do que é hoje. Esse dinheiro ficou parado, não rendeu, o petróleo se desvalorizou, não gerou benefícios para a sociedade.

Para tentar corrigir essa paralisia do setor, três anos depois dessa suspensão da venda do petróleo do pré-sal, o governo Lula fez, em 2010, a operação de cessão onerosa. Por ela, o governo emitiu dívida no valor de R\$ 75 bilhões, entregou parte ao BNDES para ele aumentar sua participação na estatal, outra parte entregou à própria Petrobras que, por sua vez, pagou pelo direito de explorar 5 bilhões de barris. Depois de oito anos começou a ser feito o encontro de contas. Em vez dos cinco bilhões de barris, tinha sido prospectado um volume que pode chegar a 17 bilhões de barris.

A negociação com a Petrobras sobre o acerto de contas começou no governo Temer, mas terminou este ano. Esse petróleo amais é que está sendo licitado em 6 de novembro. O governo Bolsonaro colhe assim a parte boa. O leilão arrecadará R\$ 106 bilhões.

Esse valor é que foi negociado com estados, municípios, parlamentares. Ontem o Senado aprovou a divisão do dinheiro entre a Petrobras, o Tesouro, os

governos estaduais e os municípios. Foi a grande moeda de troca do governo Bolsonaro até o momento. E veio dessa complicada operação feita no governo Lula. Para David Zylbersztajn, “o Brasil perdeu a janela de oportunidade que nunca vai acontecer novamente”. O único que não pode reclamar é o governo Bolsonaro.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Economia**

**Autor:**

**Título: Estoque e fluxo**

### Opinião do Globo

CHEGAM EM boa hora recursos de leilões de petróleo para ajudar as finanças públicas. O maior volume, da chamada cessão onerosa, ajudará a União a cumprir com folga a meta de gastos primários de 2019, oxigenará as finanças do Rio de Janeiro e de toda a Federação.

NÃO PODE é haver confusão entre dinheiro que chega apenas uma vez e aquele que vem em fluxo, como o dos royalties. Este não é o caso dos recursos dos leilões. Não há previsão segura de novos aportes. O Estado precisa mesmo dos ajustes.

A LOTERIA do petróleo não resolve de foma definitiva o problema fiscal. Até por ser um recurso finito.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA**

**Título: Subsídios a quem produz energia devem diminuir**

Aneel quer reduzir incentivos para os consumidores que geram eletricidade, o que ocorre principalmente por meio de painéis solares. Mudanças devem entrar em vigor em 2020, mas proposta ainda pode sofrer alterações

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer reduzir com os subsídios para os consumidores que produzem sua própria eletricidade, o que ocorre hoje principalmente por meio de painéis solares. Os diretores do órgão aprovaram, ontem, uma consulta pública para rever as regras da chamada geração distribuída.

A proposta da agência é alterar as regras sobre a energia que o consumidor gera a mais e hoje joga na rede da distribuidora. Pela regra atual, a energia produzida a mais é devolvida pela empresa de distribuição ao consumidor praticamente sem custo. Com isso, o cliente pode consumir quando não está gerando sua eletricidade.

Com a mudança, o consumidor passará a pagar pelo uso da rede da distribuidora e também pelos encargos cobrados na conta de luz. A cobrança será feita em cima da energia que ele receber de volta do sistema da distribuidora.

A proposta vai passar por consulta pública e pode sofrer alterações. O prazo para sugerir mudanças será do dia 17 deste mês a 30 de novembro.

A Aneel vem defendendo a mudança sob o argumento de que os custos dos incentivos para quem gera a própria energia acabam sendo pagos pelos demais consumidores.

— A manutenção das regras atuais indefinidamente pode levar a custos significativos para os consumidores que não instalem a geração própria da ordem de R\$ 23 bilhões, acumulados no período entre 2020 e 2035 — afirmou o diretor da Aneel responsável pelo caso, Rodrigo Limp.

A Aneel propôs ainda uma regra de transição. Quem já tem o sistema instalado e quem pedir autorização para instalar até a publicação da nova norma fica dentro das regras atuais até dezembro de 2030. Quem pedir a instalação após a publicação também terá um período de transição em que pagará apenas o custo da rede de distribuição até 2030. Após dezembro de 2030, todos passarão a pagar pelo uso da rede de transmissão da distribuidora e pelos encargos.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Rio**

**Autor: MARCELLO CORRÊA E SELMA SCHMIDT BRASÍLIA E RIO**

**Título: Sinal de alerta**

Relatório da União sobre ajuste fiscal diz que estado não cumprirá cinco medidas

O Conselho de Supervisão Fiscal, que monitora o cumprimento das medidas de ajuste assumidas pelo estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), identificou que pelo menos cinco ações previstas no plano não sairão do papel. O diagnóstico consta do mais recente relatório mensal do grupo técnico, concluído em 4 de outubro. Na lista de propostas frustradas estão a concessão

de linhas de ônibus intermunicipais, a extinção de estatais, a revisão da metodologia de cálculo de preço do gás natural, a securitização da dívida ativa e a antecipação da concessão da CEG. Se viabilizadas, elas teriam impacto de R\$ 3,9 bilhões em três anos. Quando o acordo entre o estado e a União foi assinado, em 2017, essas ações contribuiriam para um efeito fiscal estimado em R\$ 85 bilhões até 2023.

É a primeira vez que o conselho fiscal constata, explicitamente, que as medidas acordadas não serão concretizadas. Até então, nos relatórios mensais, seus integrantes apontavam metas “atrasadas”, com alertas sobre a dificuldade de implementá-las. Agora, o documento caracteriza as ações como “não implementadas” e solicita ao governo estadual opções que garantam o impacto fiscal previsto.

A medida de maior impacto, antes considerada em atraso, é a revisão da metodologia de cálculo do preço de referência do gás natural, que tem efeito positivo sobre a receita de royalties. A mudança, que constava de uma resolução de 2009 da Agência Nacional do Petróleo (ANP), deveria entrar em vigor em 2018. O impacto previsto era de R\$ 1,076 bilhão.

O conselho também deixou de contar com a antecipação da prorrogação dos contratos de concessão da CEG e da CEG-Rio, o que garantiria R\$ 800 milhões ao estado. Originalmente, esses contratos teriam vigência até 2027. A negociação se arrasta desde 2018.

Na avaliação do Palácio Guanabara, a conclusão do grupo de monitoramento reforça a percepção de que parte dos pontos listados no programa de socorro da União é impraticável. Ontem, o secretário de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, lembrou que, em junho, o estado apresentou uma proposta de revisão que reduziria o impacto fiscal para R\$ 73,24 bilhões, cerca de R\$ 12 bilhões amenos que o esperado. Além disso, o Rio quer adiar o início do pagamento da dívida com a União, programado para setembro de 2020.

— A gente busca medidas realistas. As que propomos são exequíveis e mostram uma insuficiência para reequilibrar o estado num prazo de seis anos. Colocamos sobre a mesa a necessidade de ganharmos mais tempo. De forma alguma estamos pedindo para não pagar a dívida—disse Rodrigues de Carvalho.

Enquanto aguarda uma posição da União sobre a proposta de revisão do acordo, o Rio terá que lidar com uma medida mais urgente. Deverá sair na sexta-feira a decisão do Conselho Fiscal sobre a permanência do estado no programa de socorro. No mês passado, o grupo alertou que a revisão do plano de carreiras dos servidores da Uerj, aprovada em dezembro de 2018, viola uma cláusula do acordo que impede a criação de novas despesas obrigatórias. No

início deste mês, o estado apresentou uma proposta compensatória: a ideia é revisar os contratos de fornecimento de alimentação para presidiários.

## JUROS PREOCUPAM

Na segunda-feira, na primeira reunião da Frente Parlamentar de Acompanhamento do Regime de Recuperação Fiscal, Elizabeth Costa, integrante do conselho de supervisão, defendeu que o estado repactue o acordo e a extensão do prazo para o pagamento dos juros da dívida, que hoje já chega a R\$ 180 bilhões. Todo orçamento de 2020 — quando o pagamento deve ser retomado — é de R\$ 63,7 bilhões. “E quando chegar a hora de pagar essa dívida, haverá juros”, lembrou Elizabeth.

Mesmo com as medidas do plano, as contas enfrentarão dificuldades devido ao alto endividamento, afirmou a deputada estadual Martha Rocha (PDT), que participa da Frente Parlamentar de Acompanhamento do RRF:

— Os dados do último relatório do Conselho de Supervisão mostram que o estado aumentou sua receita graças aos royalties de petróleo. Mas o petróleo é muito volátil.

O deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ) disse que vai incluir medidas para o Rio no texto do Plano Mansueto (de promoção do equilíbrio fiscal), do qual é relator. Uma delas prevê a facilitar o pagamento da dívida com a União:

— Estudamos ajustar algumas medidas que, no entanto, terão que ser cumpridas.

O Conselho de Supervisão Fiscal ainda não chegou a uma conclusão sobre a proposta feita pelo Palácio Guanabara. Se a recomendação for pela saída do Rio do acordo, o estado terá 30 dias para fazer uma contraproposta. Caberá ao ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmar a recomendação. A decisão final, no entanto, cabe ao presidente Jair Bolsonaro.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/10/2019**

**Seção: Sociedade**

**Autor: ANA LUCIA AZEVEDO**

**Título: Marinha e Sergipe divergem sobre novas manchas**

Órgão federal diz não ter registrado novos sinais de óleo, o que foi contestado pelo estado; especialistas afirmam que, mesmo se o volume derramado não aumentar, o estrago já está feito em manguezais e recifes

Um mês e meio após o início da contaminação crescente do litoral nordestino por petróleo derramado, a Marinha informou que novas manchas não foram registradas anteontem na região. O governo de Sergipe, no entanto, contestou a informação e disse que o produto continuou a chegar, mesmo após a limpeza feita em suas 17 praias. O estado tem 197 quilômetros de litoral e regiões de alta prioridade, como a foz do Rio São Francisco, onde se investiga se a mortalidade de crustáceos está relacionada ao óleo.

Com ou sem novas manchas, o estrago já está feito em manguezais e recifes de corais atingidos, regiões ecologicamente sensíveis e essenciais à economia da pesca e do turismo da região. Uma vez sujos, são virtualmente impossíveis de limpar e levam anos para se recuperar, destacam especialistas.

Nem a Marinha nem governos estaduais ou especialistas sabem se, quando e onde novas manchas chegarão. Os danos, porém, poderiam ter sido reduzidos se um alerta tivesse sido dado e amplamente divulgado no início de setembro, salientam especialistas em gerenciamento costeiro, como Miguel Accioly, da Universidade Federal da Bahia, que acompanha o desastre.

— Um alarme nacional deveria ter sido dado. Investigara causa é preciso, mas conter os danos é essencial. Prevenir custa mais do que remediar e agora a conta será cara. Há dez anos, pescadores foram treinados para emergências com óleo, e as comunidades que vivem junto a empreendimentos de petróleo também recebem treinamento regular. Esse pessoal poderia ter sido chamado. Só a Bahia, até agora, tem um comitê de crise, não há nada em âmbito federal e os estados têm poder limitado.

Por conta cara entenda-se, por exemplo, a compra de barreiras melhores do que as usadas até agora, que custam cerca de R\$ 6 mil por dia em cada ponto e se adéquam a impedir danos no abastecimento de navios. Mas existem outras que chegam ao fundo de rios e desviam o curso do óleo. Estas custam cerca de R\$ 70 mil por ponto/dia.

— Não é o ideal, mas é o que se pode fazer agora. Elas desviam o óleo dos estuários com manguezais para as praias. A areia pode ser limpa, o mangue, na prática, não. E do mangue vem quase todo o pescado produzido pelo Nordeste. Se tirou cerca de 800 quilos do Rio Pojuca, mais isso é muito pouco, o óleo penetra no sedimento e fica lá liberando substância tóxicas — explica ele.

O diretor de Recursos Hídricos do estado da Bahia, Eduardo Topázio, lamenta que o planejamento tenha efeito apenas paliativo e observa que os estados têm jurisdição limitada sobre o mar.

— Nossa economia depende dos manguezais. Os mangues do sul do estado estão entre os maiores e são os mais produtivos do país. Não foram afetados ainda, mas não sabemos se o óleo vai avançar se continuará a chegar e em que escala — afirma ele.

Ninguém sabe quantos e quais corais e mangues foram afetados e a dimensão do dano a áreas já atingidas. Ontem, os ministérios públicos federal e estadual da Bahia ingressaram com uma ação civil pública contra a União e o Ibama em decorrência das consequências e riscos do óleo.

#### MAPEAR ÁREAS ATINGIDAS

O professor de biologia da UFRJ Alexandre Soares Rosado diz que é fundamental iniciar o mapeamento dos mangues atingidos e planejar ação de avaliação e mitigação emergenciais. Isso já vai começar com atraso, observa ele, que trabalhou na descontaminação dos mangues da Baía de Guanabara afetados em 2000, no maior derrame de petróleo em volume no Brasil.

— O óleo está até hoje lá. Se você cavar, dez, 15 centímetros encontra óleo no fundo do mangue. Ele demora a se decompor e continua a afetar, mesmo que já não esteja visível. Os mangues levam, em média, de 25 a 30 anos para se recuperar. Isso é uma perda ecológica e biológica terrível.

Por sua extensão (cerca de 2.200 quilômetros de faixa costeira), o derrame deveria ser classificado na categoria 3, de nível máximo, do protocolo de emergências com óleo da Organização Marítima Internacional, diz o oceanógrafo Jackson Krauspenhar.

— Se tivéssemos um plano de contingência implantado e encarado a situação como uma emergência nacional, estaríamos mais preparados para alocar recursos, recrutar pessoal e instruir voluntários.

(Com G1; colaborou Gabriel Shinohara, de Brasília)

#### O tamanho da ação federal

##### > Incidente

O governo formou o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) do incidente de poluição de óleo no litoral do Nordeste, composto por Marinha, Ibama e Agência Nacional do Petróleo

##### > Marinha

Mobilizou 1.583 militares, sete navios, uma aeronave, além de embarcações e viaturas pertencentes às diversas Capitânicas dos Portos, delegacias e agências sediadas no litoral nordestino

> Ibama

Utiliza 74 servidores, dez viaturas, um avião e dois helicópteros

> Outros órgãos

Exército e Força Aérea também participam, mas sua presença não foi detalhada; colaboram ainda a Petrobras, universidades federais, órgãos estaduais e municipais, além de voluntários

> Canal de alerta

O GAA solicita que aqueles que avistarem manchas de óleo nas praias entrem em contato por meio do número 185

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 16/10/2019

**Seção:** Política

**Autor:** Jorge Vasconcellos

**Título:** Senado dá aval para divisão do dinheiro

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade (69 votos), o projeto da cessão onerosa (PL 5478/19), que prevê o rateio dos R\$ 106,5 bilhões do bônus de assinatura do próximo leilão do petróleo do pré-sal, marcado para 6 de novembro. Os senadores mantiveram o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que destina R\$ 33,6 bilhões para a Petrobras. Dos R\$ 72,8 bilhões restantes, 15% (R\$ 10,95 bilhões) vão para os municípios e o mesmo percentual para os estados. A União ficará com 67% (R\$ 49 bilhões) e o Estado do Rio de Janeiro, por ser sede dos poços que vão a leilão, com 3% (R\$ 2,4 bilhões). A matéria será enviada para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Quanto aos valores destinados aos estados, a divisão será feita da seguinte maneira: 10% com base em critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) — o que beneficia mais o Norte e o Nordeste — e 5% sob as regras do Fundo de Exportação e da Lei Kandir — que ajuda as unidades da federação que são exportadoras, ou seja, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em relação aos municípios, os critérios do rateio serão baseados no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que prioriza as cidades mais pobres.

Antes de ir ao plenário, o projeto da cessão onerosa foi aprovado por

unanimidade, na manhã de ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Durante a sessão na comissão, o ponto que mais causou polêmica e discussão foi o que definiu os critérios para a distribuição dos recursos entre os estados. Senadores do Norte e do Nordeste reclamaram das perdas, mas decidiram votar a favor do texto sob o argumento de que era melhor do que não receber nada. A discussão sobre uma nova divisão obrigaria o retorno do projeto à Câmara, com risco de a matéria não ser sancionada antes do leilão de 6 de novembro.

"Não era o que nós gostaríamos. Defendemos que esse recurso fosse todo repartido utilizando os critérios do FPE", disse o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Já o senador Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou que, apesar de o texto aprovado na Câmara não ser o ideal, é o que mais dialoga com o entendimento dos governadores. "Acho que temos que enfrentar essa questão e garantir a liberação desses recursos para estados e municípios".

Nas discussões que antecederam a votação plenária, o relator da cessão onerosa na Comissão de Assuntos Econômicos, Omar Aziz (PSD-AM), disse que, em razão da proximidade da data do leilão, foi obrigado a rejeitar uma emenda do senador Rogério Carvalho, com a qual concordava. A emenda previa a redução da fatia da União de 67% para 64%, e o repasse dos 3% subtraídos para os estados do Norte e Nordeste e para o Distrito Federal.

Outra proposta de mudança rejeitada, segundo Aziz, foi apresentada pelo senador Mecias de Jesus (PRB-RR). Previa o repasse, para Roraima, de um adicional equivalente a 0,5% dos R\$ 106,5 bilhões do bônus de assinatura do leilão. O argumento do parlamentar é o grande fluxo de imigrantes venezuelanos que chegam ao estado, aprofundando a crise econômica e humanitária.

Após a fala do relator, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), convidou Mecias para uma reunião, hoje, com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para discutir um possível apoio federal ao estado.

**MME / ASCOM .**